

# Dimensões Estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Análise para os Estados da Bahia e Paraná

## RESUMO

---

Este artigo analisa o contexto atual de desafios estruturais e potencialidades em que se encontram os Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Como objeto empírico, utilizaram-se os dados auferidos pelo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil sobre a organização dos EES nos Estados do Paraná e da Bahia. Em linhas gerais, pode-se conceituar economia solidária como o conjunto de iniciativas com fins econômicos ou comunitários que se organizam pela ótica do trabalho associativo, autogestionário e que, de alguma maneira, busquem transcender essa democracia a outras esferas da vida social que não somente a econômica. De uma maneira geral, conclui que, embora existam algumas especificidades próprias no conjunto dos EES em cada um desses estados, as dificuldades estruturais enfrentadas são semelhantes, e não divergem também nos demais estados brasileiros.

## PALAVRAS CHAVE

---

Economia Solidária. Trabalho Associado. Geração de Trabalho e Renda.

### Sandro Pereira Silva

- Bacharel e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa;
- Técnico de Planejamento e Pesquisa pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (DF).

### Fernanda Abreu Nagem

- Bacharel e Licenciada em História, e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.

## 1 – INTRODUÇÃO

---

O mercado de trabalho brasileiro é marcado por uma forte heterogeneidade estrutural, englobando diversas possibilidades de trabalho que nem sempre são definidas a partir de relações de assalariamento. O próprio enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho, ao longo dos últimos anos, evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea, o que sugere a realização de novos estudos que possam contribuir para o entendimento das relações de trabalho existentes.

Entre as múltiplas formas de inserção na estrutura laboral, muitos trabalhadores encontraram, nas atividades associativas, uma forma viável de ocupação e geração de renda. As cooperativas (de produção, crédito e consumo), as associações comerciais ou de produtores, os clubes de trocas, dentre outros, são alguns exemplos de iniciativas que emergiram no campo da economia solidária no Brasil, denominados genericamente como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nessas iniciativas, baseadas nas práticas de autogestão e cooperação, as relações sociais de produção são distintas da forma assalariada, dotando seus empreendimentos de uma “[...] natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente.” (GAIGER, 2003, p. 91). As questões que se colocam para melhor entender o papel dessas iniciativas na dinâmica socioeconômica nacional são as seguintes: quais as principais características desses empreendimentos? Quais as motivações que levaram a sua constituição? Quais os desafios que eles enfrentam para a inserção de seus produtos nos mercados? Quais as relações sociais em que eles se envolvem? Qual a realidade de desafios e quais as possíveis potencialidades a serem exploradas nessas iniciativas econômicas coletivas e associativas da economia solidária na sociedade brasileira?

A partir desses questionamentos, este trabalho centrou-se no contexto atual de desafios e potencialidades em que se encontram os empreendimentos de economia solidária no Brasil. Como objeto empírico, utilizaram-se os dados auferidos pelo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, disponíveis no banco de dados da Sistema

Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES/SENAES),<sup>1</sup> sobre a organização dos EES nos Estados do Paraná e da Bahia. A escolha desses estados foi decorrente da localização geográfica em duas regiões com características bem específicas no país (Sul e Nordeste) e, também, por possuírem um histórico de organizações que atuam no fomento ao trabalho associativo tanto em áreas urbanas como rurais. Ressalta-se que a intenção não é uma análise comparativa propriamente dita, mas, sim, captar a existência de certas particulares que possam existir com base nos dados pesquisados entre os EES de cada estado para uma melhor qualificação do problema proposto.

Por fim, espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir tanto para uma melhor visualização dos desafios e das potencialidades que circundam o universo da economia solidária no Brasil como, também, subsidiar ações e programas (públicos e privados) de apoio às iniciativas existentes.

## 2 – ORIGENS E CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

O fim da II Guerra Mundial foi acompanhado por um período de grande prosperidade nos países capitalistas centrais por cerca de três décadas. Justamente nesse período é que foi desenvolvida a estrutura do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*), baseado em uma matriz keynesiana de pensamento econômico, na qual se buscava compensar a tendência capitalista à concentração de recursos com a introdução de um sistema de proteções e direitos que garantisse a redistribuição econômica.

Contudo, o surgimento das primeiras crises nos anos 1970, sobretudo devido aos choques de oferta do petróleo, um dos principais insumos industriais, levou a uma queda geral no nível de investimento desses países, que comprometeu a tendência ao pleno emprego que se verificava até então. Nos países de industrialização tardia, como ocorreu em grande parte da América Latina, esse novo cenário afetou fortemente seu processo em curso de desenvolvimento, principalmente devido à queda da liquidez internacional

<sup>1</sup> Disponível em: <[www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp)>.

e à conseqüente crise de endividamento externo que esses países sofreram.

A partir dos anos 1980, um novo redirecionamento com relação ao papel do Estado e sua relação com a ação econômica passaram a ganhar ares de hegemonia mundial, na qual o Estado perde seu papel de protagonista e agente planejador central, ações que passam a caber exclusivamente às forças de mercado. Com isso, desencadeou-se no mundo capitalista um processo rápido de desregulamentação de mercados e liberalização comercial em nível global, de modo que o capital passou a ter cada vez mais poder de mobilidade para buscar as melhores oportunidades de investimento, em termos de taxa de retorno, decorrentes de menores custos de produção. De acordo com Souza (2003), inserem-se nesse processo as questões de fragilização sindical, redução salarial, guerra fiscal e disputas políticas com base em interesses privados e corporativos dentro do aparato institucional do Estado.

Essa nova etapa do capitalismo global afetou diretamente as relações de trabalho e os níveis de emprego, sobretudo o industrial, que passou a definhir, gerando uma imensa massa de desempregados que não conseguiam mais se inserir no mercado de trabalho. Paralelamente a esse processo, o enfraquecimento do Estado, em termos de ações mitigadoras e de cobertura social, aumentou ainda mais a situação de penúria e marginalização dessa parcela da população, que cresce a cada ano. O fenômeno da precarização do trabalho, ou seja, as formas de trabalho sem registro formal, que resultam na redução na renda e nos direitos dos trabalhadores, passaram a representar parte significativa do mercado de trabalho. Vários grupos sociais passaram a enfrentar abertamente essa realidade de exclusão social, reivindicando maior espaço de negociação e atuação no cenário sóciopolítico, como ocorreu no movimento sindical.

Com isso, a questão do trabalho voltou ao centro das discussões do desenvolvimento brasileiro, com o aprofundamento dos debates em torno de novas alternativas para a geração de renda e o combate ao desemprego de grandes camadas da sociedade. É nesse contexto que a reflexão em torno do

trabalho associativo e autogestionário ganhou maior importância, sendo, inclusive, colocado por alguns autores como um projeto alternativo de reorganização social anticapitalista. (SINGER, 2002).

Embora não representasse algo novo na história, a mobilização popular em torno da formação de grupos produtivos e associativos, de caráter suprafamiliar, passou então a figurar-se sob uma nova “roupagem” política, denominada por seus próprios atores envolvidos de Economia Solidária.<sup>2</sup> A economia solidária despontou, portanto, como uma proposta alternativa de organização associativa do trabalho e suas relações de produção (dada a hegemonia do trabalho assalariado) em busca de novas estratégias de inclusão social. O debate em torno de sua compreensão e seu papel na sociedade contemporânea vem ganhando destaque não apenas no Brasil, mas em, praticamente, todos os países da América Latina e também na Europa. (NAGEM et. al., 2009).

De maneira mais geral, a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos, levando consigo princípios que perpassam a busca pela igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Segundo Singer (2000), surge como resposta às contradições do sistema capitalista e às imperfeições de mercado, onde uma parcela da população que se encontra excluída do mercado de trabalho busca sua sobrevivência. São múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as empresas autogestionárias, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões, além de diversas outras formas de associativismo e cooperativismo na organização socioprodutiva. Seus princípios básicos são:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta

<sup>2</sup> Adota-se, neste artigo, o termo Economia Solidária. Mas é importante lembrar que várias outras terminologias são também utilizadas para caracterizar esse mesmo fenômeno social, tais como: economia popular solidária, economia social, socioeconomia solidária, dentre outras. Cada um destes termos possui origens e definições próprias.

[...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores [...]; destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2000, p. 13).

Para Radomsky (2006, p. 63), a peculiaridade dessas iniciativas reside no fato de conjugarem princípios usualmente chamados de “tradicionais”, tais como “o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades”, sejam elas rurais ou urbanas, com “relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos”. Disso, decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias que assegura a sua reprodução econômica, mas que tem como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações de sociabilidade local.

### **3 – CARACTERÍSTICAS E MANIFESTAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Os empreendimentos de economia solidária (EES) configuram-se na célula básica da economia solidária. O termo empreendimento remete, segundo Coraggio (2007), à obtenção e organização de recursos com a finalidade de atingir um determinado resultado. Uma das características de um empreendimento de economia solidária é que seus trabalhadores, ou pelo menos uma boa parte deles, já mantinham previamente alguma relação social entre si, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho ou por serem camponeses de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares, ou até mesmo por pertencerem a grupos étnicos em comum.

Embora os EES busquem uma organização que vise a sua inserção econômica, no intuito de produzir um bem, prestar um serviço, permitir compras conjuntas, intermediar microfinanças, ou qualquer outra relação de fins econômicos, a dimensão política também está fortemente presente em sua atuação. Isso se traduz tanto no envolvimento dos participantes em todas as questões relativas ao empreendimento e suas decisões quanto no seu relacionamento com as questões locais e comunitárias nas quais estão inseridos. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

No caso brasileiro, os EES se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas

e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção,<sup>3</sup> de caráter suprafamiliar e comunitário, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo”, como afirmou Gaiger (2003). Para ele, tais empreendimentos apresentam a vantagem de desenvolverem tanto o sentido empresarial, na busca de obterem resultados positivos por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais, quanto o sentido solidário, através da cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo. O caráter solidário é o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho.

Taulie (2002) caracterizou como empreendimentos autogestionários de economia solidária aqueles que partem da iniciativa coletiva de produção, apresentam certo grau de democracia interna e valorizam o trabalho humano em detrimento do capital tanto no campo como na cidade. O autor classificou as principais dificuldades iniciais encontradas pelos EES como sendo: reduzido grau de escolaridade e falta de instrução formal dos associados, principalmente para os cargos de direção; estrutura de capital deficiente e necessidade de capital de giro. Apesar de todas essas dificuldades, Taulie (2002) afirmou que os EES apresentam como fator positivo de competitividade a motivação dos trabalhadores que os compõem, por serem proprietários e participarem dos momentos de decisão do empreendimento.

Nesses empreendimentos, a autogestão é visualizada não apenas como um instrumento de gestão coletiva mas também como uma forma de viabilizar trabalho digno frente ao trabalho precarizado e, até mesmo, à falta dele. Essa forma de organização do trabalho no Brasil é praticada tanto por empreendimentos de pequeno porte, como, por exemplo, uma cooperativa de costureiras, quanto pelo conjunto de trabalhadores que se organizam para

<sup>3</sup> Além de grupos produtivos, existem também grupos voltados para os ramos de serviços em geral, consumo e crédito, além de clubes de troca, fundos rotativos e outras experiências que abrangem a economia solidária.

recuperar e autogerir uma média ou grande empresa metalúrgica que entrou em regime falimentar.

Segundo Cançado (2004), a ideia de autogestão não é nova e lembrou que Proudhon<sup>4</sup>, no século XIX, já tratava da questão, mesmo sem nunca ter usado esta denominação. Singer (2002) retratou as experiências cooperativistas e autogestionárias praticadas por trabalhadores na Inglaterra no século XIX. A autogestão (re)surge, então, como um “novo-velho” modelo de organização do trabalho. No entanto, existem diversas visões sobre essa temática na literatura, o que dificulta a formalização de modelos gerais para as organizações autogestionárias.

Outro princípio característico dessas formas organizativas é a cooperação. Gaiger (2006) apontou que a cooperação na esfera do trabalho, uma vez internalizada como prática cotidiana, propicia fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo para sua viabilidade. Essa simbiose possível entre solidarismo e empreendedorismo econômico é comprometida quando se observa que, em regra geral, os setores das atividades nos quais se situam os empreendimentos são demandantes de força de trabalho minimamente qualificada, pouco especializada e, por conseguinte, pouco valorizada. Nesse caso, os efeitos positivos do trabalho cooperativo são reforçados quando ocorre a incorporação de saberes profissionalizados e sua transferência interna para os demais membros do grupo. Sobre esse ambiente, a emergência de processos autogestionários no interior dos empreendimentos torna-se o elemento caracterizador dessas formas organizativas.

Para Pochmann (2003), mesmo havendo um contexto institucional desfavorável no que tange ao reconhecimento das formas autogestionárias e associativas, a economia solidária mantém-se como um movimento de resistência social e como espaço público de construção de outras relações socioeconômicas. Podem-se encontrar inúmeros exemplos no mundo de iniciativas cooperativistas de sucesso. (SANTOS, 2002).

4 Pierre-Joseph Proudon (1809-1865), filósofo francês, teve como principal obra *A Filosofia da Miséria*, escrito em 1846.

Pamplona (2003) analisou os principais fatores que podem determinar ou não o sucesso de empreendimentos econômicos autônomos e autogeridos. Embora não tenha focado especificamente em iniciativas associativas, seus resultados podem ser levados em conta para a análise de EES, conforme debatido neste trabalho. O autor criticou as definições usuais de viabilidade baseadas unicamente na dimensão econômica dos empreendimentos, ao se considerarem apenas os níveis de lucro e patrimônio líquido. Prossegue Pamplona (2003, p. 269-270) afirmando que:

Embora o desempenho econômico e financeiro do empreendimento do auto-empregado [associado] seja um importante indicador de sucesso, ele está longe de ser o único que deva ser usado para identificar as unidades bem sucedidas [...], pois elas têm diferentes motivações e definições do que seja seu próprio sucesso. [...] Usar tão somente critérios financeiros na definição de sucesso negligencia objetivos intangíveis [...]. Quando se abordam os microempreendimentos, é importante compreender que os auto-empregados [associados] também enxergam seus negócios de uma perspectiva de satisfação pessoal. Ser bem-sucedido no auto-emprego pode significar não só obter bom desempenho econômico, mas também obter status de proprietário, ganhar independência, apreender mais, tornar compatível uma forma de obter renda e um estilo de vida.

Assim, Pamplona (2003) acusa de “reducionista” a visão puramente econômica do sucesso de microempreendimentos, mas também não nega sua importância. Para ele, o sucesso dessas iniciativas, que, por natureza são muito heterogêneas com relação a sua *performance*, deve permear três aspectos fundamentais de desenvolvimento: econômico, humano e comunitário. Dessa forma, a análise incorporará também fatores qualitativos, como: qualificação profissional, aumento da autoestima, melhora no sentimento de bem-estar individual e familiar, jornada de trabalho mais flexível, maior participação na vida comunitária e política, entre outros.

Nesse sentido, ele está de acordo com Gaiger (2003), quando este disse que o trabalho associado confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. O mesmo autor também chamou a atenção para dois pontos importantes



para o fortalecimento da economia solidária e seus empreendimentos. Um deles é a própria centralidade do trabalho, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, “o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano.” (GAIGER, 2003, p. 194).

O outro ponto refere-se à necessidade da formação de redes diversas para romper o isolamento e marginalização em que esses empreendimentos em geral estão inseridos. As redes existentes atualmente, segundo Gaiger (2003), ainda são pontuais e dispersas e valem mais por seu significado intrínseco do que pelo seu impacto. O universo da economia solidária ainda carece de práticas efetivas de intercâmbio econômico que busquem envolver diferentes segmentos sociais para os mais variados objetivos: produção, tecnologia, comercialização, logística etc. Para Gaiger (2003, p. 206):

[...] as experiências de intercooperação de maior vulto, ao se expandirem e multiplicarem, vêm a revitalizar formas de vida econômica diversas, igualmente atípicas diante do capitalismo, das quais dependem frações importantes de trabalhadores. Elas estimulam e sustentam expressões de uma economia do trabalho, atenuando sua vulnerabilidade às imposições do capital.

Atualmente, existem no Brasil diversas organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento das formas de expressão da economia solidária. Essas organizações são estruturadas como Organizações Não-governamentais (ONGs), Incubadoras Tecnológicas Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), Movimentos Sociais, Fóruns Nacionais e Estaduais, entre outros. Um marco importante foi a constituição, em 1994, da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (Anteag), no intuito de fomentar as ideias de autogestão e cooperativismo no território nacional. A Anteag originou-se do movimento sindical e transformou-se em uma organização de apoio aos trabalhadores empenhados na conversão de empresas capitalistas em cooperativas solidárias. (SANTOS, 2002).

No meio rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização social

que atua, nos assentamentos rurais em que atua, a questão da organização do trabalho em cooperativas. Já em torno do movimento sindical rural, foi criada, em 2004, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que congrega atualmente cerca de 800 cooperativas nos ramos de produção, serviços e crédito. Outra iniciativa de destaque refere-se às ações da Igreja Católica, que passaram a desenvolver diversos projetos comunitários – como nos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira e a fomentar ações com base no trabalho associativo, como mecanismo de desenvolvimento local.

Entre 2005 e 2007, o primeiro Mapeamento Nacional de Solidária foi realizado com o objetivo de formar um sistema nacional de informações para um maior entendimento da realidade da economia solidária no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros) e foram identificados 21.859 empreendimentos econômicos solidários (EES). Esses EES envolvem cerca de 1.687.035 trabalhadores e trabalhadoras. Deste total, 63% são homens e 37% são mulheres. A região na qual se identificou maior número de EES foi o Nordeste (43%), seguido pelo Sudeste (18%); Sul (16,5%); Norte (12%) e Centro-Oeste (10%).

A temática da economia solidária também vem-se consolidando como estratégia de política pública de geração de trabalho e renda. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006). Várias experiências isoladas ocorreram já no início da década de 1990 em alguns municípios, como em Porto Alegre (RS) e Santo André (SP). Desde então, tem-se identificado o aumento de experiências nessa área, nas três esferas administrativas, que culminaram, inclusive, em 2003, na criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), inserida na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (SILVA, 2010).

## 4 – ANÁLISE DAS DIMENSÕES ESTRUTURAIS DOS EES: PARANÁ E BAHIA

As análises foram organizadas em três macrodimensões, a saber: a) sócio-organizativa

– buscou-se obter as informações mais gerais sobre a forma de organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas; b) socioeconômica – foram analisadas questões como as formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda possibilitado e as formas de comercialização e inserção no mercado e, c) sociopolítica – abordou-se o aspecto da (auto)gestão e da articulação sociopolítica do EES, verificando-se como se dá o processo de tomada de decisões e de que forma o EES se envolve com a comunidade em que se localiza e com outros EES.

É importante salientar que, neste trabalho, os EES foram caracterizados como tal de acordo com a definição usada pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Com base neste sistema, os EES são organizações:

- coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas etc.), cujos participantes ou sócios(as), dos meios urbano e rural, exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- permanentes e não práticas eventuais, incluindo os empreendimentos que se encontram implantados, em atividade e em processo de implantação;
- que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo sua existência real;
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SIES, 2007).

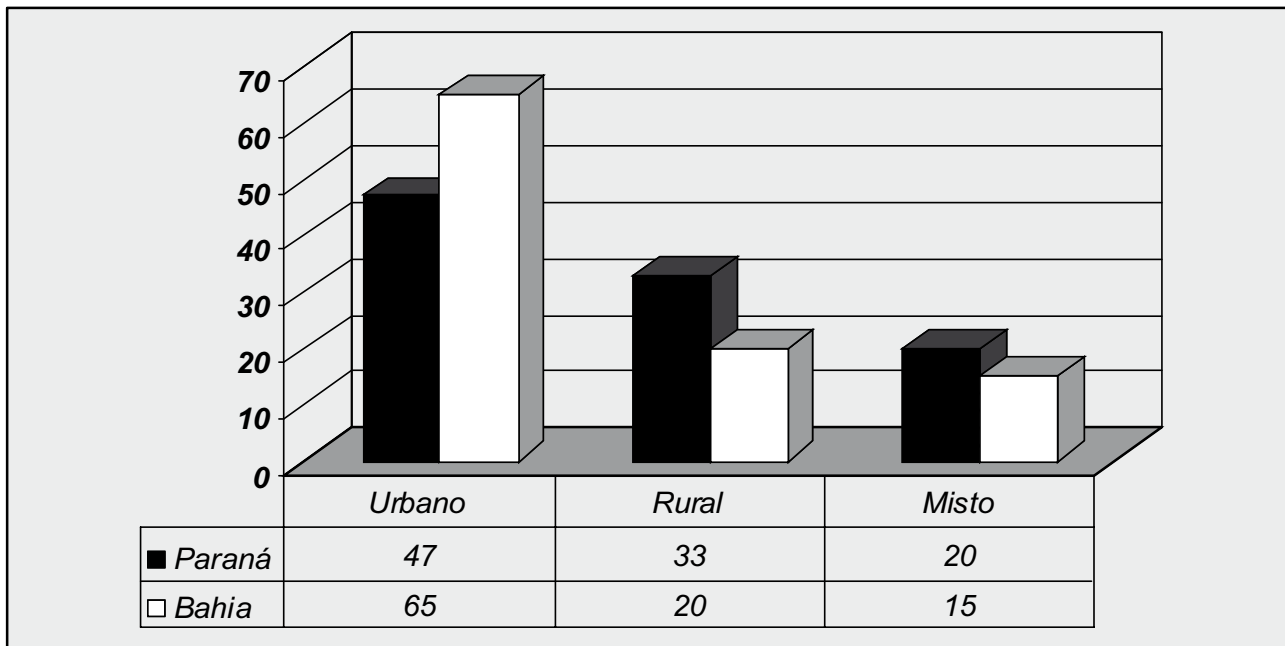
#### **4.1 – Dimensão sócio-organizativa dos EES**

Ao longo da realização do Mapeamento nos Estados do Paraná e da Bahia, foram entrevistados 2.419 EES, sendo 1.611 na Bahia e 808 no Paraná. Em termos de localização desses EES, pode-se notar, pelo Gráfico 1, que os estados apresentam características diferentes. No Paraná, a predominância é de empreendimentos com atividades no meio urbano: 47% disseram ter

atividades essencialmente urbanas, 33% rurais e 20% exercem atividades tanto rurais como urbanas. Já na Bahia, a maior parte dos empreendimentos mapeados desenvolvem atividades na área rural, com 65%, enquanto outros 15% disseram exercer atividades essencialmente urbanas e 20% atividades tanto rurais quanto urbanas. A realidade quanto à localização dos EES no Estado da Bahia vai de encontro à proporção de todos os EES nacionais, visto que mais da metade também está localizada em áreas rurais ligadas à agricultura familiar.

No conjunto dos EES mapeados, está envolvido um total de 171.384 pessoas, com 61% de homens e apenas 39% de mulheres. No entanto, esse predomínio masculino em ambos estados se dá apenas nos EES com 20 ou mais associados. Nos EES com até 20 associados, que, por sinal, são maioria nos dois estados, a predominância é extremamente feminina. (Tabela 1). Outra curiosidade a ser destacada na Tabela 1 é que, no Paraná, prevalecem, como grande maioria, os EES com até 10 pessoas envolvidas, com 38,6% de seu total, enquanto, na Bahia, a mesma categoria corresponde a apenas 11,5%. Por outro lado, na Bahia, prevalecem os EES com mais de 20 participantes, que representam cerca de 75% do total, enquanto, no Paraná, esse percentual é de 40%. Um dos principais motivos para a predominância das mulheres nos grupos com menos associados refere-se a um grande número de grupos nos ramos de confecção e artigos têxteis, processamento de alimentos e de artesanato, em que os principais envolvidos são mulheres. Essas duas categorias são responsáveis por 24% dos EES no Paraná e 40% na Bahia. As atividades que congregam maior número de homens são as ligadas à agricultura, pecuária e reciclagem.

Questionados sobre a motivação para a constituição dos EES, nos dois estados, os entrevistados apontaram “uma alternativa ao desemprego”. Outras motivações destacadas foram: “uma forma complementar de renda” e “desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos”. Esses dados mostram que a economia solidária no Paraná e na Bahia é reconhecida pela maior parte de seus associados enquanto uma alternativa para geração de trabalho e renda.



**Gráfico 1 – EES por Localização (%)**

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

**Tabela 1 – Número de Sócio(s) que Trabalham nos Empreendimentos**

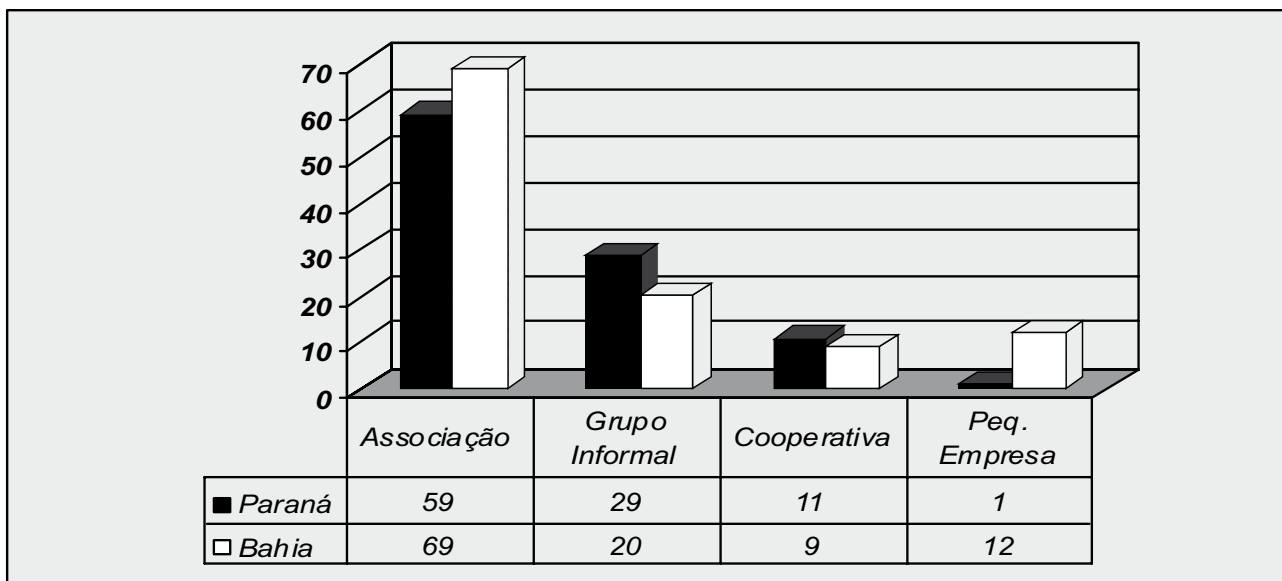
ESTADOS	PARTICIPANTES	EES (%)	MULHERES	HOMENS	TOTAL
PARANÁ	Até 10	38,6	1.010	601	1.611
	11 a 20	21,0	1.399	1.208	2.607
	21 a 50	22,9	2.814	3.028	5.842
	Acima de 50	17,5	13.920	25.923	39.843
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>19.143</b>	<b>30.760</b>	<b>49.903</b>
BAHIA	Até 10	11,5	898	407	1.305
	11 a 20	13,7	1.977	1.606	3.583
	21 a 50	40,1	8.006	14.436	22.442
	Acima de 50	34,7	36.835	57.316	94.151
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>47.716</b>	<b>73.765</b>	<b>121.481</b>

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

Quanto à forma de organização, nota-se, pelo Gráfico 2, que a maior parte desses EES encontra-se na informalidade. Esse resultado demonstra um forte grau de deficiência institucional dos empreendimentos nesses dois estados. Enquanto grupo informal, torna-se bem mais difícil o acesso a benefícios, financiamentos e programas governamentais de

apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho. Por outro lado, essa dificuldade de formalização ressalta a importância, dentre outras ações, de apoio a programas de assessoria técnica, como no caso das ITCPs em dezenas de universidades públicas e privadas.





**Gráfico 2 – Forma de Organização dos EES (%)**

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

Uma particularidade observável é que, embora a forma jurídica de cooperativa seja apontada pelos principais teóricos como a mais adequada para a uma organização econômica autogestionária, ela ainda abrange um percentual muito pequeno dos EES em atividade. A responsabilidade para esse fato, geralmente, é debitada ao excesso de burocracias para a constituição de uma cooperativa, a falta de assistência técnica especializada para o apoio à organização dos grupos informais em cooperativas, dados os conhecimentos específicos que são demandados, e também a necessidade de revisão da legislação cooperativista atual no país, que não permite uma flexibilidade necessária para a heterogeneidade de possibilidades de organização associativa.

A Lei Geral do Cooperativismo foi promulgada no Brasil em 1971 (Lei 5.764) como resultado das discussões em que se envolveram as grandes cooperativas agrícolas no auge da modernização agrícola brasileira. (BRASIL. LEI Nº 5.764, 2011). Desde então, apesar das constantes pressões formuladas em propostas de modificação, não sofreu alterações e adequações mesmo diante das transformações e emergências de novas formas de organização do trabalho associado no Brasil. Entre as várias polêmicas em discussão em torno da Lei

em vigor, dois itens são vistos pelos grupos de apoio à economia solidária como extremamente restritivos para a formalização de novas cooperativas. Um deles é a exigência da inscrição da cooperativa nas Juntas Comerciais de cada estado, que são localizadas nas capitais e, com isso, torna-se um complicador para grupos associativos nos municípios interioranos. O segundo diz respeito à exigência de um mínimo de 20 associados para a constituição da cooperativa, já que o próprio mapeamento dos EES, feito pela Senaes, aponta que a grande maioria possui um número inferior. Atualmente, encontram-se em trâmite, no Congresso Nacional, duas propostas de revisão do marco legal do cooperativismo, com artigos que visam permitir uma maior flexibilidade para que novos grupos possam inserir-se formalmente nessa estratégia.

## 4.2 – Dimensão Socioeconômica

Começando pela análise do faturamento mensal dos EES analisados, uma das primeiras inferências que podem ser feitas refere-se ao seu baixo faturamento mensal. Pela Tabela 2, pode-se perceber que mais de 60% deles possuem um faturamento mensal inferior a R\$ 5.000,00. Em geral, a média de faturamento mensal dos EES no Paraná foi de R\$45.161,50, bem superior aos EES na Bahia (R\$29.910,76). A média do faturamento dos EES no Brasil foi R\$43.236,67.

**Tabela 2 – Faturamento Médio Mensal dos EES**

FATURAMENTO MENSAL	EES	%	EES	%
	Paraná		Bahia	
Até R\$ 1.000,00	162	29,51%	350	26,62%
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	186	33,88%	449	34,14%
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	71	12,93%	177	13,46%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	64	11,66%	231	17,57%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	21	3,83%	52	3,95%
Mais de R\$ 100.000,00	45	8,20%	56	4,26%
<b>TOTAL</b>	<b>549</b>	<b>100%</b>	<b>1.315</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

A remuneração mensal por trabalhador nos EES é definida, geralmente, por produtividade ou por horas trabalhadas. Percebe-se, pela Tabela 3, que, em ambos estados, cerca de 80% dos integrantes dos EES recebem por mês até um salário mínimo, que é a remuneração mínima definida constitucionalmente no país. Apenas 6% do total dos trabalhadores, nos EES observados, recebem mais de 2 salários mínimos. Quanto à existência de diferença de remuneração entre os trabalhadores, os dados apontam que, dentre os cinco tipos de trabalho mais citados pelos entrevistados, o trabalho de maior remuneração recebe, em média, três vezes mais que o de menor remuneração. Com relação à forma estabelecida de remuneração, no tocante à gestão do processo produtivo nos EES, de acordo com Gaiger (2006, p. 531), ela “[...] ocorre com base em critérios intrínsecos, tais como o tempo despendido e o grau de competência ou de responsabilidade envolvido nas tarefas”. Assim, de maneira geral, a tendência é “[...] aproximar as faixas de remuneração, em observância do princípio da equidade, sem cair num igualitarismo pleno que poderia desestimular o esforço pessoal”.

Uma das dificuldades centrais que os EES encontram, de acordo com suas próprias respostas, está ligada à comercialização de seus produtos. Ao todo, cerca de 70% dos EES observados responderam

ter dificuldades na inserção de seus produtos no mercado. Entre os três motivos mais citados para essa dificuldade, estão: “dificuldade em chegar até o cliente”; “falta de capital de giro para vendas a prazo”; e “deficiências nas estruturas de comercialização (local, espaços, equipamento etc.)”. Mesmo assim, mais da metade dos EES, nos dois estados, afirmaram realizar iniciativas de divulgação de seus produtos. Porém, como há dificuldade de recursos para uma estratégia de divulgação mais elaborada, as iniciativas usadas e mais apontadas na pesquisa são as mais simples e menos custosas e, conseqüentemente, atingem um público mais restrito, são elas: “divulgação de boca a boca”; “cartazes, catálogos e panfletos”; e “rádios comerciais, educativas e comunitárias”.

**Tabela 3 – Renda Média em Salários Mínimos (SM)<sup>5</sup>**

FAIXAS	EES – Paraná (%)	EES – Bahia (%)
Até 1 SM	77,85%	82,20%
1 a 2 SM	12,58%	10,68%
2 a 5 SM	7,21%	4,85%
Maiores que 5 SM	2,35%	2,27%

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

Quanto à forma de comercialização da produção dos EES, esta ocorre principalmente em nível local, com os

5 O salário mínimo de referência da pesquisa foi de R\$300,00.

produtos sendo comercializados nos mercados locais e municipais. Essas vendas ocorrem principalmente por entrega direta aos clientes ou, então, por via de feiras livres ou espaços públicos de comercialização. Pouco mais de 10% dos EES conseguem atingir mercados microrregionais e estadual, enquanto menos de 1% apenas consegue vender seus produtos para mercados internacionais. Alguns EES não se enquadram em nenhuma das opções listadas, por se tratar de outras atividades não comerciais.

**Tabela 4 – Abrangência de Mercado**

DESTINO	EES – Paraná (%)	EES – Bahia (%)
Comércio local ou comunitário	63,76	45,31
Comércio municipal	20,37	27,50
Comércio microrregional/ estadual	10,53	12,23
Comércio nacional	3,79	2,48
Exportação	0,84	2,05

**Fonte:** Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

Com relação à origem da matéria-prima para a produção dos EES, mais da metade é proveniente de empresas privadas (55% no Paraná e 54% na Bahia). Apenas 3% do total de EES, na soma dos dois estados, são provenientes de outros EES. Esse resultado indica que os EES, nesses estados, ainda não se inserem em cadeias produtivas solidárias, que poderiam resultar em ações realizadas em rede para compra e venda de mercadorias entre os próprios empreendimentos. O que ocorre também é que grande parte dos produtos gerados são produtos primários, como é o caso da produção agrícola, ou então são produtos artesanais, mas com baixo valor agregado, caso da maioria dos grupos de artesanato e de confecção.

A dificuldade com capital de giro tem uma influência direta na capacidade dos EES de realizarem investimentos para melhoria de suas atividades produtivas e comerciais. Do total, 65% informaram não haver realizado nenhum tipo de investimento em seus empreendimentos no ano anterior da pesquisa, enquanto apenas 35% afirmaram haver realizado algum investimento. Dentre estes que realizaram, os itens mais comuns quanto ao tipo de investimento realizado

foram: infraestrutura física (prédios, construções etc.); equipamentos (aquisição, renovação); e estoque de matérias-primas.

Uma possibilidade de resolver a questão do capital de giro dos EES seria por via de políticas públicas que disponibilizassem linhas de crédito favoráveis de acordo com suas atividades. Existe uma dificuldade muito grande desses empreendimentos em acessar as linhas de crédito oficiais existentes. As dificuldades em relação às exigências de garantias, as altas taxas de juros cobradas e o alto grau de burocracia nas operações são sempre as mais lembradas. No meio rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda permite um acesso a linhas subsidiadas a agricultores familiares de baixa renda e, com isso, em muitas localidades, funciona como uma injeção extra de liquidez nas atividades econômicas e proporciona dinâmicas positivas nas economias locais por meio de seu efeito multiplicador. (SILVA, 2008). Mas no meio urbano, essas linhas são escassas.

Um resultado que ilustra esse fato é que apenas 16% do total dos EES, nos dois estados, tiveram acesso a alguma linha de crédito no ano anterior à pesquisa. As principais fontes de crédito citadas foram: bancos públicos e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) ou cooperativas de crédito. Novamente, a questão da informalidade dificulta o acesso ao crédito, tornando-os dependentes de recursos dos próprios associados ou até mesmo de doações externas ao empreendimento para realizarem pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

O próprio cooperativismo de crédito é uma forma de empreendimento de economia solidária que pode também auxiliar o surgimento e a manutenção de outros empreendimentos em uma dada localidade, com a formação de uma poupança local, acesso a recursos públicos para programas de microcrédito e concessão de linhas de crédito a juros mais favoráveis e com menos exigências burocráticas, o que se chegou a denominar na literatura como “finanças de proximidade”. Nos estados pesquisados existem duas importantes redes de cooperativas de crédito rural solidário: o sistema Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), no Paraná, com

atuação em todo o estado; e o sistema Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (Ascoob), com atuação centrada nos municípios do Semiárido baiano. (ABRAMOVAY, 2003).

### 4.3 – Dimensão Sociopolítica

Este tópico apresenta informações referentes às questões político-institucionais dos EES analisados, especialmente sobre a importância que adquire a questão das relações, internas ou externas. Em particular, analisou-se: o processo de tomada de decisões, acesso à assistência técnica, o envolvimento dos EES com a comunidade, com outros EES e espaços de organização, como Fóruns.

A questão do acesso a serviços de assistência técnica é comumente colocada como um dos principais

entraves para a viabilização de microempreendimentos. No caso dos EES pesquisados, 80% do total, no Paraná, e 65%, na Bahia, responderam ter recebido algum tipo de serviço no ano anterior à pesquisa. A Tabela 5 abaixo aponta as principais formas de assistência técnica recebida pelos EES.

O Mapeamento também apontou a natureza das principais organizações fornecedoras de serviços de assistência técnica aos EES do Estado da Bahia, conforme tabela abaixo. Destaca-se que os órgãos estatais são aqueles que mais realizam atividades desta natureza junto aos EES entrevistados, seguidos pelas ONGs, sindicatos, sistema “S” e incubadoras universitárias de cooperativas. A assistência técnica desenvolvida por cooperativas de trabalho, uma das estruturas organizacionais da ES, foi citada por apenas 27 EES em cada um dos estados.

**Tabela 5 – Principais Formas de Assistência Técnica Recebidas pelos EES**

TIPOS DE APOIO	EES - Paraná	EES - Bahia
Qualificação profissional, técnica, gerencial	197	296
Assistência técnica e/ou gerencial	168	382
Formação sociopolítica (autogestão e economia solidária)	159	225
Assessoria na constituição, formalização ou registro	41	72
Assessoria em <i>marketing</i> e na comercialização	19	8
Assistência jurídica	14	7
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	14	40
Outros	35	14

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

**Tabela 6 – Principais Organizações Fornecedoras de Serviços de Assistência Técnica**

ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO	EES - Paraná	EES - Bahia
Órgãos governamentais	422	486
ONGs, Oscips, Igrejas, associações etc.	221	429
Sistema “S” - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), SESCOOP etc.	104	265
Movimento sindical (Central, Sindicato, Federação)	79	280
Universidades/incubadoras	75	46
Cooperativas de técnicos(as)	27	27
Outras	47	66

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

Com respeito à participação dos membros nas atividades dos empreendimentos, os entrevistados afirmaram participar da maioria das decisões tomadas no empreendimento no qual são associados, e que essa participação é permitida e incentivada a todos os integrantes. Houve uma alta frequência nas seguintes respostas: “participação nas decisões cotidianas do empreendimento”; “acesso aos registros e informações do empreendimento”; “prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembleia geral”; “eleição da diretoria em assembleia geral”; “decisão sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral”; “plano de trabalho definido em assembleia geral”; e “contratações e remunerações definidas em assembleia geral”. Diante das respostas, nota-se que as reuniões denominadas como assembleia geral constituem-se no principal mecanismo de participação e espaço de definições dos associados quanto aos rumos do empreendimento que integram.

A princípio, esses resultados podem demonstrar certo grau de autogestão nos EES entrevistados, caracterizando o que Albuquerque (2002) chama de poder compartilhado. O fato de os entrevistados alegarem que todas as informações relevantes às atividades estejam sempre disponíveis a quem se interessar também é apontado por Singer (2000) como um indicador de autogestão importante. Outra informação importante nesse sentido é que aproximadamente 60% dos EES entrevistados afirmaram realizar pelo menos uma reunião ou assembleia a cada mês.

Ao observar os tipos de articulação dos quais os grupos participam, pode-se perceber a forma

de inserção desses empreendimentos junto a organizações político-sociais, nos diferentes níveis de abrangência. Ao todo, 46% dos EES paranaenses e 61% dos EES baianos responderam que participam de algum grupo ou articulação. A principal forma de articulação do total dos EES ocorre principalmente por meio de “Fóruns ou Redes de Economia Solidária”, seguida de: “Movimento social ou sindical”, “Redes de produção/comercialização”, e “ONGs, Igrejas, Fundações etc.”

Outra questão diz respeito ao envolvimento em movimentos sociais e populares. Ao todo, 69% dos EES responderam estar envolvidos com algum tipo de movimento social e popular. Entre os movimentos mais citados estão: ‘movimento comunitário’; ‘movimento sindical urbano ou rural’; ‘movimento de luta pela terra e agricultura familiar’; ‘movimento ambientalista’; e ‘movimento de luta por moradia’.

Questionados sobre o desenvolvimento de alguma ação social ou comunitária, 78% dos EES paranaenses e 68% dos EES baianos confirmaram que participam ou desenvolvem ações nesse campo. As principais ações citadas foram: ‘preços dos produtos e/ou serviços para facilitar o acesso aos consumidores’; ‘incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo’; e ‘oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos’.

Por fim, a Tabela 7 abaixo apresenta um quadro comparativo entre as principais variáveis debatidas nesse texto nas três dimensões analíticas definidas para os EES dos dois estados, permitindo uma melhor visualização de suas diferenças e semelhanças.

**Tabela 7 – Quadro Comparativo entre EES do Paraná e da Bahia**

CARACTERÍSTICAS DOS EES	PARANÁ	BAHIA
Número de EES e localização	Total: 808	Total: 1.611
	Rurais: 47%	Rurais: 65%
	Urbanos: 33%	Urbanos: 20%
	Mistos: 20%	Mistos: 15%
Pessoas envolvidas e gênero	Total: 64.846	Total: 121.481
	Homens: 62%	Homens: 60%
	Mulheres: 38%	Mulheres: 40%

continua



**Tabela 7 – Quadro Comparativo entre EES do Paraná e da Bahia**

continuação

CARACTERÍSTICAS DOS EES	PARANÁ	BAHIA
Principais atividades econômicas desenvolvidas	Artesanato e bijuteria: 25% Confecções e têxteis: 22% Proc. de alimentos: 17% Culturas agrícolas: 15%	Culturas agrícolas: 51% Proc. de alimentos: 26% Pecuária: 13% Artesanato e bijuteria: 8%
Principais motivações para constituição dos EES	Alternativa ao desemprego: 28% Complementação de renda: 26% Atividade onde todos são donos: 12%	Alternativa ao desemprego: 38% Complementação de renda: 21% Atividade onde todos são donos: 10%
Formas de organização	Associação: 59% Grupo informal: 29% Cooperativa: 11% Pequena empresa/outros: 1%	Associação: 69% Grupo informal: 20% Cooperativa: 9% Pequena empresa/outros: 12%
Faturamento mensal dos EES	Até R\$1.000: 29,5% R\$1.001 a R\$5.000: 33,9% R\$5.001 a R\$10.000: 12,9% R\$10.001 a R\$50.000: 11,7% Acima de R\$50.000: 12%	Até R\$1.000: 26,6% R\$1.001 a R\$5.000: 34,1% R\$5.001 a R\$10.000: 13,5% R\$10.001 a R\$50.000: 17,6% Acima de R\$50.000: 8,2%
Remuneração mensal dos associados	Até 1 SM: 77,8% De 1 SM a 2 SM: 12,6% De 2 SM a 5 SM: 7,2% Acima de 5 SM: 2,4%	Até 1 SM: 82,2% De 1 SM a 2 SM: 10,7% De 2 SM a 5 SM: 4,8% Acima de 5 SM: 2,3%
Origem da matéria-prima utilizada	Empresa privada: 55% Associados: 14% Outros EES: 2% Outras formas: 29%	Empresa privada: 54% Associados: 24% Outros EES: 4% Outras formas: 18%
Formas de comercialização	Mercados locais e municipais: 84,1% Mercados microrregionais: 10,5% Mercados nacionais: 3,8% Mercados internacionais: 0,8%	Mercados locais e municipais: 72,8% Mercados microrregionais: 12,2% Mercados nacionais: 2,5% Mercados internacionais: 2,1%

continua

**Tabela 7 – Quadro Comparativo entre EES do Paraná e da Bahia**

conclusão

CARACTERÍSTICAS DOS EES	PARANÁ	BAHIA
Investimentos (últimos 12 meses)	Realizaram: 38%	Realizaram: 34%
Acesso a crédito (últimos 12 meses)	Acessaram: 14%	Acessaram: 17%
Acesso a serviços de assistência e quais as principais prestadoras (principais organizações)	Acessaram: 80% 1) Órgãos governamentais 2) ONGs, igrejas, associações etc. 3) Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP etc.) 4) Movimento sindical 5) Universidades/incubadoras	Acessaram: 65% 1) Órgãos governamentais 2) ONGs, igrejas, associações etc. 3) Movimento sindical 4) Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP etc.) 5) Universidades/incubadoras
Participação em algum grupo social ou articulação e quais os principais	Participam: 46% 1) Fórum/Rede de Economia Solidária 2) Redes de produção/comercialização 3) Centrais de comercialização 4) Movimentos social/sindical	Participam: 61% 1) Movimentos social/sindical 2) Fórum/Rede de Economia Solidária 3) Redes de produção/comercialização 4) Federação de cooperativas
Envolvimento em algum tipo de movimento social e popular e quais os principais	Envolvidos: 78% 1) Movimento comunitário 2) Movimento pela terra/agric. familiar 3) Movimento ambientalista 4) Movimento sindical urbano ou rural	Envolvidos: 69% 1) Movimento comunitário 2) Movimento sindical urbano ou rural 3) Movimento pela terra/agric. familiar 4) Movimento ambientalista

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Banco de Dados do SIES/SENAES.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises deste trabalho possibilitaram um entendimento mais apurado das múltiplas dimensões que caracterizam a realidade dos empreendimentos de economia solidária como alternativa de organização coletiva e associativa para a geração de trabalho e renda, valendo-se dos dados do SIES nos Estados de Paraná e Bahia. De uma maneira geral, percebeu-se que, embora existam algumas especificidades próprias no conjunto dos EES em cada um desses estados, as

dificuldades estruturais enfrentadas são semelhantes; que, por sinal, não divergem também nos demais estados brasileiros.

Pelo referencial teórico e a partir do universo empírico apresentado, pode-se inferir que a formação dos EES dá-se a partir de espaços de proximidade, que propiciam determinadas relações de identidade entre os atores, tais como de parentesco, de vizinhança ou de amizade, com forte enraizamento na realidade local. Em termos de motivações, os dados apontaram

que a organização em EES ocorre principalmente com vistas a buscar uma auto-organização para fazer frente ao desemprego e aumentar a renda familiar. No entanto, as atividades desenvolvidas apontaram ter um baixo potencial de geração de renda aos associados. O desafio de se gerar maior renda monetária reside justamente na necessidade de ampliar o acesso a mercados (convencionais e institucionais) ou criar outras formas de comercialização, como as redes e cadeias solidárias, já que a comercialização foi apontada por eles como principal entrave. A dificuldade de acesso a linhas de crédito para o investimento nas atividades produtivas é outra questão problemática diagnosticada nessa pesquisa, pois limita a capacidade de investimento na atividade produtiva.

Os EES apresentam uma realidade de fragilidade institucional e econômica muito grande para serem tomados já como uma alternativa consolidada às contradições do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. A carência de um marco legal que classifique, regule e determine incentivos públicos para que esses empreendimentos possam se formalizar é um fator limitante de extrema relevância, dado o alto grau de informalidade desses EES. As condições atuais não permitem a esses EES superar sozinho tais fragilidades. Ainda é cedo, porém, para dizer qual a trajetória e o espaço que sua proposta poderá alcançar. Esta conclusão se coaduna com a de Kraychete (2007), pois a sustentabilidade desses empreendimentos depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento, requerendo uma ação coordenada de múltiplas instituições e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico.

Pode-se dizer que está em curso um arranjo organizacional considerável que atua de acordo com os preceitos da solidariedade e cooperação. São diversas entidades de classe, ONGs, universidades públicas e privadas, cooperativas e órgãos públicos que estão envolvidos no apoio e representação dos empreendimentos existentes. Acontece que grande parte das ações se dá de maneira isolada, sem que haja um projeto maior que garanta a esses empreendimentos um ambiente mais favorável para

garantir a viabilidade de seu próprio negócio. Porém, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para analisar essa questão com mais exatidão.

Outro fato que vem sendo percebido é que, apesar de todas as dificuldades existentes, um número considerável de trabalhadores encontra-se envolvido nessas atividades, buscando explorar suas potencialidades coletivamente. Isso contribui para a legitimação da economia solidária no cenário político brasileiro, que vem culminando com a criação de diversas estruturas administrativas em prefeituras municipais, estados, e agora também o governo federal, por meio da Senaes, para o desenvolvimento de programas governamentais que definam o fomento à economia solidária para fins de política pública.

## ABSTRACT

---

This paper analyzes the current context of structural challenges and potentials of the Solidary Economy Enterprises (SEE). As empirical object, it is used the data obtained by the Mapping of the Solidary Economy in Brazil about the organization of SEE in the states of Parana and Bahia. In general, one can conceptualize solidary economy as a set of initiatives for economic and community aims that are organized on the perspective of collective work, self-managed, and that, somehow, find ways to transcend this democracy to other spheres of social life that not only economic. Overall, it was concluded that although there are some special features in the set of SEE at each of these states, the structural difficulties faced are similar and, by the way, do not also differ in other Brazilian states.

## KEY WORDS

---

Solidary Economy. Associative Work. Work and Income Generation.

## REFERÊNCIAS

---

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no Semiárido brasileiro. In: COSSÍO, M. B. (Org.). **Estrutura**

**agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.674, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária.** Brasília, DF, 2005.

CANÇADO, A. **Autogestão em cooperativas populares: desafios da prática.** 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação.** São Leopoldo: Oikos, 2007.

DORNELES, S. B. **Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional.** 2005. Disponível em: <<http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação.** São Leopoldo: Oikos, 2007.

LIMA, J. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

NAGEM, F. A. et al. Economia solidária: alternativa ou alternativa dentro do capitalismo?. In: SEMINÁRIO DE DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA, 2., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFP, 2009.

PAMPLONA, J. B. O autoemprego e os fatores de seu sucesso. In: BENECKE, D. W.; NASCIMENTO, R. **Política social preventiva: desafios para o Brasil.** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2003.

POCHMANN, M. **Outra cidade é possível.** São Paulo: Cortez, 2003.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIES. **Atlas da economia solidária.** Brasília, DF, 2005.

SILVA, S. P. **Agricultura familiar e políticas públicas: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha.** 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e os desafios da gestão pública. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. et al. (Org.). **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003.

TAUILE, J. R. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: ENCONTRO DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2002.

---

Recebido para publicação em 06.12.2010.